

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
(Unidade – Disciplina - Trabalho)

DIRECÇÃO DE PLANEAMENTO E ESTUDOS

Programa do Workshop Nacional de Validação da CPADRP

Data/Horário	Temática	Responsável
27/09/06		
08:30 h	Inscrição dos Participantes	
09:00 h	Cerimonia de abertura - Discurso Introdutório - Programa da FAO na RDSTP - Discurso de Abertura por Sua Excia o Primeiro Ministro e Chefe do Governo	Sr. Argentino dos Santos Sr Anatolio Ndong Mba
09:30 h	Intervalo	
09:45 h	Apresentação dos Documentos dos GTs - Diagnóstico e Propostas do Sub-Sector Agricola - Diagnóstico e Propostas do Sub-Sector Pecuario - Diagnóstico e Propostas do Sub-Sector Florestal - Diagnóstico e Propostas do Sub-Sector Pesqueiro - Caso especifico da Região Autonoma do Príncipe	Sr. Américo Rocha Sr. Idalécio Barreto Sr. Aurélio Rita Sra. Virgínia Godinho Sr. Silvestre Umbelina
11:15 h	Sessão de Debates	Sr. Aires Bruzaca
13:00 h	Pausa para almoço	
14:30 h	- Diagnóstico e Propostas sobre Transformação e Agro-Industria - Diagnóstico e Propostas sobre Comercialização de Insumos e Productos - Diagnóstico e Propostas sobre Infra-Estruturas Rurais e das Pescas - Diagnóstico e Propostas sobre Poupança e Crédito Rural e Pesqueiro - Diagnóstico e Propostas sobre Instituições Públicas e não Públicas	Sr. Domingos da Trindade Sr. André Gomes/Sr. Teodorico Campos Sr. Xavier Mendes Sr. José Umbelina Sr. Filipe Bonfim
15:30 h	Sessão de Debates	Sr. Armindo Vaz
16:30 h	Suspensão dos trabalhos	

Data/Horário	Temática	Responsável
28/09/06		
09:00 h	<ul style="list-style-type: none"> - Diagnóstico e Proposta sobre Formação Formal e não Formal - Diagnóstico e Proposta sobre Investigaçã Agropecuário, Florestal e Pecuária - Diagnóstico e Propostas sobre Vulgarização - Diagnóstico e Propostas sobre Cooperação Técnica Internacional - Diagnóstico e Propostas sobre o Processo Fundiário - Diagnóstico e Propostas sobre a Mulher Rural 	<p>Sr. Carlos Henrique</p> <p>Sr. Alvaro Vila Nova</p> <p>Sr. Delcio barreto</p> <p>Sr. Filipe Bonfim</p> <p>Sr. Onofre Fernandes</p> <p>Sra. Pascoa Costa</p>
10:30 h	Sessao de Debates	Sra.Maria Odete Aguiar
11:30 h	<ul style="list-style-type: none"> - Programa Nacional de Investimento de Médio Prazo – NEPAD - Perfis de Projectos Prioritários - NEPAD 	<p>Sr. Arlindo Carvalho</p> <p>Sr. Arlindo Carvalho</p>
11:45 h	Sessão de Debates	Sr. Ndong Mba
13:00 h	Pausa Para Almço	
14:45	- Estratégia de Desenvolvimento Propostas para o Sector da Agricultura, Pecuária e Pescas	Sr. Jose de Menezes
15:15	Sessão de Debates	Sr. Elba Bonfim
16:15	-Poposta de Criação do Fundo de Desenvolvimento Rural e Pescas (FDRP)	Sr. Benvindo Rodrigues
16:30 h	Sessão de Debate	Sr. Raul Viana
	Suspensão dos trabalhos	
28/09/06		
09:00 h	- Proposta de Apoio do BAD ao PRSA-CEEAC	Joel Beassem
10:00 h	-Apresentação da proposta de conclusão e recomendação	Carlos Pascoal
10:10	-Discussão e adopcao de conclusões e recomendações	Argentino Pires dos Santos
12:00 h	Sessão de enceramento do Wokshop - Discuso de Encerramento proferido por Sua Excia o Sr. Ministro dos Recursos Naturais e do Meio Ambiente em representação da Sra Ministra de Economia.	

CARTA DE POLÍTICA AGRÍCOLA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS E PREPARAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE INVESTIMENTO DE MÉDIO PRAZO DO SECTOR

**Intervenção do Sr. Argentino Pires dos Santos
Director da Direcção de Planeamento e Estudos do Ministério da Economia
no Acto de Abertura do Workshop Nacional**

São Tomé, 27 de Setembro de 2006

Sua Excelência Sr. 1º Ministro e Chefe do Governo
Senhores Membros do Governo
Senhores e senhoras convidados
Senhores e senhoras delegados ao Workshop Nacional de validação da CPADRP
Meus senhores e minhas senhoras

Excelências!

Nessa semana de comemorações do trigésimo primeiro aniversário da reforma agrária, as minhas primeiras palavras são de agradecimento a todos os presentes por terem aceite compartilhar connosco esse momento, para nós de grande importância.

O exercício que propomos realizar nos próximos três dias, a validação da Carta actualizada de Política Agrícola, Desenvolvimento Rural e Pescas, representa para nós um desafio impar e poderá marcar o início de uma nova etapa no processo de programação do desenvolvimento socio-económico de S.Tomé e Príncipe.

No período de 1997 – 2000, com o apoio técnico e financeiro da FAO e em associação com outros parceiros da cooperação internacional, nomeadamente a GTZ – Cooperação Alemã, a AFD – Agencia Francesa de Desenvolvimento entre outros, o Governo de S.Tomé e Príncipe preparou e aprovou a sua primeira Carta de Política Agrícola e do Desenvolvimento Rural (CPADR), compreendendo um diagnóstico, uma estratégia e um plano de acção. Entretanto, o documento que se pretendia poder servir de instrumento orientador das intervenções no sector da agricultura numa perspectiva de desenvolvimento rural, por razões diversas, não foi devidamente implementada.

Reconhecendo que agricultura (entendida no seu sentido lato), continuará a desempenhar um papel preponderante no desenvolvimento socio-económico das ilhas de S.Tomé e Príncipe e a necessidade de tornar mais efectiva a contribuição do sector rural nesse processo, o Ministério da Economia solicitou e recebeu o apoio da FAO, através do seu programa de cooperação técnica, para implementar um projecto de actualização da antiga Carta de Política Agrícola e do Desenvolvimento Rural, tendo como objectivo geral, actualizar e ampliar a Carta anterior, propôr políticas, estratégias, programas e projectos prioritários para o desenvolvimento sustentado e equitativo do sector rural a curto, médio e longo prazos.

Esse processo de actualização da carta, contou igualmente com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD e do FIDA. Esses apoios serviram para o financiamento de parte dos custos dos consultores internacionais que participaram na

preparação dos documentos técnicos e na organização e implementação deste Workshop Nacional.

A Actualização da Carta de Política Agrícola teve uma abrangência nacional, concentrando esforços nas duas ilhas.

A sua implementação foi orientada por uma equipa de coordenação constituída pelo Representante da FAO em Angola e São Tomé e Príncipe, um Especialista em Análise Sectorial do Serviço de Apoio a Políticas Agrárias da Divisão de Assistência em Políticas Agrárias da FAO-Roma, o Director da Direcção de Planeamento e Estudos (DPE) do Ministério da Economia e um Coordenador Nacional indicado pelo Ministério da Economia.

Além disso, equipas técnicas específicas compostas por um especialista nacional, um internacional e contrapartes das Direcções Nacionais, Institutos e Serviços do Ministério da Economia, com reconhecida formação e experiência em temas específicos, analisaram com detalhes as oportunidades e constrangimentos particulares do sector da agricultura, do desenvolvimento rural e das pescas santomense, com o objectivo de propôr programas e projectos promotores de desenvolvimento do sector. O sector da agricultura aqui é constituído pelos sub-sectores agrícola, pecuario e florestal.

Como preparação para a Actualização da Carta de Política Agrícola, levou-se a cabo uma ampla consulta entre várias equipas técnicas e os principais intervenientes do desenvolvimento do sector e um grande número de pessoas qualificadas. A equipa trabalhou de forma positiva, objectiva e participativa, procurando estender as suas consultas o mais amplamente possível, especialmente nas áreas rurais das duas ilhas.

Foram feitos contactos com vários sectores do meio rural, incluindo camponeses, agricultores familiares, agricultores comerciais, pescadores, comerciantes de insumos e de produtos rurais, e outros agentes do sector privado, líderes de cooperativas, de associações rurais, técnicos dos sectores público e privado, governantes e administradores, comunidade dos doadores e organizações não-governamentais (ONGs).

O documento principal da Carta Actualizada está constituído por sete capítulos a saber:

1. Capítulo 1, onde se faz uma introdução ao documento;
2. No capítulo 2 é apresentado o enfoque analítico e organizacional utilizado para a actualização da Carta ;
3. No capítulo 3 apresenta-se uma análise das políticas macro-económicas e sectoriais, suas inter-relações com o sector da agricultura, do desenvolvimento rural e das pescas;
4. No capítulo quatro é feita uma caracterização do mundo rural e um exame do potencial dos recursos naturais do País, os sistemas de produção prevalentes nas agricultura familiar e comercial, e todos os outros sub-sectores e temas transversais essenciais para o desenvolvimento sustentado do País;
5. No capítulo 5 são analisados as instituições agrárias públicas e privadas e os serviços de apoio ao desenvolvimento sectorial;
6. O capítulo 6 propõe uma estratégia para o desenvolvimento do sector e chama atenção para os aspectos mais importantes em termos de temas e opções de políticas que vão desde as considerações macro-económicas e sectoriais mais amplas, até às preocupações específicas e pertinentes ligadas à produção agrícola, pecuária, florestal e das pescas tradicional e comercial;

7. No capítulo 7 apresenta-se um plano de acção para o desenvolvimento do sector a curto, médio e a longo prazo, cobrindo o período de 2006 a 2025.

Ainda como parte da carta actualizada é apresentada uma importante e coerente síntese da Carta de Política Agrícola em tres matrizes, onde são indicados:

- a) na matriz 1 - os eventos, progressos, oportunidades e benefícios para o desenvolvimento do sector rural.
- b) na matriz 2 - os principais constrangimentos e recomendações de políticas e estratégias para promover esse desenvolvimento.
- c) na matriz 3 - as acções recomendadas a curto, a médio e a longo prazos para aproveitar as oportunidades e superar os constrangimentos identificados.

Em separado, o documento é complementado por 20 documentos técnicos e varias fichas de projectos preparadas por várias equipas de consultores internacionais e nacionais que apoiaram na actualização da Carta, no seio dos 17 Grupos de Trabalhos que apoiaram a implementação do Projecto.

No ambito do NEPAD – Nova Perceria para o Desenvolvimento da Africa e a luz do Programa Detalhado para o Desenvolvimento da Agricultura em Africa, ratificado pela Assembleia dos Chefes de Estado e dos Governos da União Africana, reunidos em Maputo aos 10 e 11 de Julho de 2003, foi elaborado no contexto da presente Actualização da Carta, um programa de investimento de médio prazo, onde estão identificados as principais necessidades do país em termos de investimento neste dominio.

Meus senhores e minhas senhoras

O Ministerio da Economia pretende com este evento fazer a apresentação e discussão dos resultados desse exercicio, que contou com uma ampla participação de diversas instituições de todos os quadrantes da vida nacional, de forma a obter a validação das propostas de políticas, estratégias, programas e projectos prioritários, tão necessários ao desenvolvimento rural, agropecuário, florestal e das pescas de S.Tomé e Príncipe.

Pretendemos de igual modo que este importante documento seja adoptado como instrumento reitor de politica nacional nos dominios agricola, desenvolvimento rural e pescas e que desse forum saia uma recomendação no sentido das linhas gerais do documento serem posteriormente adoptadas como lei pelos órgãos legislativos do país, com o intuito de facilitar a continuidade de acções tendentes a redução da pobreza no meio rural.

Gostariamos de contar com a participação activa dos delegados ao Workshop de forma que o documento saído desse forum possa refletir a ambição de todos, sobretudo do grupo alvo da politica, os agricultores, pescadores, palaiés, empresarios, trabalhadores rurais....

Estamos certos de que o espirito que norteou a realização dos trabalhos até ao momento irá prevalecer e que brevemente o Governo de STP poderá contar com um instrumento de politica que seja dinamico e coerente para um desenvolvimento sustentado da nação.

Muito obrigado pela vossa atenção

**CARTA DE POLÍTICA AGRÍCOLA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS
PESCAS E PREPARAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE INVESTIMENTO DE
MÉDIO PRAZO DO SECTOR**

**Intervenção do Sr. Anatolio Ndong Mba
Representante da FAO em Angola e São Tomé e Príncipe
no Acto de Abertura do Workshop Nacional**

São Tomé, 27 de Setembro de 2006

Excelências,
Estimados convidados,
Caros participantes,
Minhas Senhoras e meus Senhores,

É para mim uma grande honra e prazer, poder saudar desta tribuna a todos os presentes e nesta oportunidade poder participar e pronunciar, em nome da FAO, algumas palavras no acto de abertura deste importante evento que, a julgar pela presença de tão ilustres convidados e participantes, reveste da maior importância para o País.

Pessoalmente, devo ressaltar que é minha terceira experiência num evento desta natureza, tendo sido os outros dois na Guiné Bissau e, mais recentemente em Angola.

Excelências,
Minhas Senhoras e meus Senhores,

Este evento realiza-se num momento em que o país está a caminhar seguramente para realizar iniciativas importantes para a consolidação do desenvolvimento sustentado a curto, médio e longo prazos, principalmente nesta semana em que se comemora trinta e um anos do início do processo de reforma agrária.

A reforma agrária está a criar uma importante oportunidade para o desenvolvimento económico e social de São Tomé e Príncipe e de condições para um amplo acesso a terra e a emergência de uma classe de empreendedores agro-pecuários.

Neste contexto, aprez-me constatar, que o Governo deste País está empenhado em garantir, e a segurança alimentar, o combate à pobreza e a promoção de um ambiente económico e social estável, o qual constitui a base para a revitalização da economia rural e para a promoção de um processo de desenvolvimento abrangente e sustentado.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

O sector rural de São Tomé e Príncipe que inclui agricultura, silvicultura, pecuária e pescas é o segundo maior sector produtivo do País, depois do sector de serviços. Apesar da sua contribuição para o PIB ser de 17%, a sua importância é evidente pelas suas potencialidades económicas e também, pela população que dele depende directamente, estimada em mais de 50% do total do País. É igualmente nas zonas rurais que se concentra uma grande percentagem da população pobre, o que torna o desenvolvimento rural indispensável para se alcançar a segurança alimentar e reduzir a pobreza.

Vale ressaltar que a equipa deste projecto participou activamente na preparação dos elementos para a Mesa Redonda de Bruxelas de STP, do dia 6 de Dezembro do ano passado, com uma activa participação da FAO naquele evento, tendo inclusive defendido a realização de uma mesa redonda, com os parceiros do desenvolvimento, especifica para o Sector da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, tendo como insumos os elementos da Carta actualizada, objecto deste importante Workshop.

Com os objectivos que se espera atingir neste workshop, a saber: a adoção e validação da Carta de Política Agrícola e a identificação de projectos prioritários, a FAO, em parceria com os demais parceiros do desenvolvimento propõe-se em assegurar e coordenar os apoios para o seguimento e a materialização da estratégia da Carta, assim como consolidar o programa de campo da FAO em São Tomé e Príncipe.

Vale ressaltar, que o programa da FAO no País inclui dois projectos de cooperação técnica (TCPs), em execução; três projectos Telefoods, aprovados para execução imediata; três projectos Telefoods, em processo de aprovação; um projectos de apoio ao fortalecimento institucional de cooperativa, aprovado para início imediato; um projecto de cooperação técnica (TCP) para o fortalecimento institucional do sector público da agricultura, do desenvolvimento rural e pescas, em fase aprovação; e um projecto de apoio à formulação de novos projectos de cooperação técnica.

Assim sendo, aqui estamos para, em conjunto, concluirmos este importante esforço do Governo, da Sociedade Civil santomense e com a colaboração das demais organizações internacionais, em prol do futuro do desenvolvimento sustentado e equitativo do sector da agricultura, do desenvolvimento rural e das pescas da República de São Tomé e Príncipe.

Excelências,
Minhas senhoras e meus senhores,

Permitam-me, ao terminar, que agradeça, muito em particular, a Sua Excelência a Sra. Ministra da Economia, Sra. Cristina Dias, pelo seu total apoio para que a actualização da Carta de Política Agrícola fosse implementada com sucesso.

Finalmente, os meus agradecimentos são dirigidos ao PNUD e ao FIDA, cuja contribuição logística e financeira e orientações foram decisivas para a materialização dos objectivos da Carta Actualizada e deste workshop, ao qual desejamos um enorme sucesso.

Muito obrigado.
Meus sinceros votos de bom trabalho.

**CARTA DE POLÍTICA AGRÍCOLA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS
PESCAS E PREPARAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE INVESTIMENTO DE
MÉDIO PRAZO DO SECTOR**

**Intervenção do Sr. Tomé Soares da Vera Cruz
Primeiro Ministro e Chefe do Governo Da RDSTP
Acto de Abertura do Workshop Nacional**

São Tomé, 27 de Setembro de 2006

**SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA NACIONAL
SENHORES MEMBROS DO GOVERNO
SENHOR REPRESENTANTE DO PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS
SENHOR REPRESENTANTE DA FAO PARA ANGOLA E STP
SENHOR REPRESENTANTE DO FIDA
SENHORES REPRESENTANTES DE PAÍSES AMIGOS E DE INSTITUIÇÕES
INTERNACIONAIS
CAROS DELEGADOS
MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES**

Gostaria antes de mais de agradecer a vossa presença neste evento que para nós, reveste-se de grande importância.

O desenvolvimento rural constitui para nós uma opção de política na luta contra a pobreza. Por isso o processo de actualização da Carta de Política Agrícola que será concluída com a realização desse evento merece do Governo todo o apoio.

Estamos certos que a implementação desse precioso instrumento permitir-nos-á modernizar o nosso meio rural, gerar empregos e o rendimento das famílias, permitindo assim atingir os objectivos da Estratégia Nacional de Redução da Pobreza e consequentemente os objectivos do milénio para o desenvolvimento.

A Carta de Política Agrícola, do Desenvolvimento Rural e das Pescas é um instrumento de planeamento que permitirá ao Governo definir suas acções prioritárias para o desenvolvimento dos sub-sectores da agricultura, pecuária, florestas e pescas, no horizonte de curto, médio e longo prazos.

Enfim, a Carta de Política Agrícola e de Desenvolvimento Rural e Pescas, é um verdadeiro documento de orientação metodológica para o desenvolvimento sustentado do sector agrícola e do mundo rural santomense.

O exercício que agora nos propomos realizar constitui uma das acções primordiais do nosso Governo. Ao sector da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, estão reservados os grandes objectivos estratégicos do nosso programa, com prioridade para o aumento e diversificação da produção para a exportação e de consumo interno e melhoria das condições de vida das populações rurais. Neste contexto, gostaríamos de contar com a participação de todos para enriquecer o presente documento.

Estamos certos que a proposta que nos é submetida aborda de forma aprofundada os potenciais e os constrangimentos que dificultam o desenvolvimento sustentado do sector, e ao mesmo tempo aponta possíveis fórmulas de solução.

Espero que as horas que serão passadas aqui possam servir efectivamente para analisar as propostas que são apresentadas no âmbito da presente Carta e sejam feitas recomendações que permitam sairmos daqui com o documento validado, de forma que o Governo possa assumir as suas responsabilidades na matéria.

É com satisfação que posso contactar a presença dos representantes dos nossos parceiros de desenvolvimento, o que traduz a importância eles atribuída ao futuro do sector da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas no actual cenário de desenvolvimento de STP. Gostaria, pois, de aproveitar a oportunidade para agradecer a todos e solicitar, desde já, o vosso concurso na implementação das acções recomendadas na Carta actualizada.

Aproveitamos a oportunidade para registar os sinceros agradecimentos do nosso Governo ao Senhor Anatólio Ndong Mba, Representante da FAO para Angola e São Tomé e Príncipe, pelo atempado apoio da FAO, pelo financiamento do projecto de cooperação técnica para a actualização da Carta e, também, ao PNUD e ao FIDA pelos apoios dados a essa iniciativa.

A todas a pessoas que directa ou indirectamente colaboraram para que

Declaro aberto o Workshop nacional de Validação da Carta de Política Agrícola, do Desenvolvimento Rural e Pescas

CAROS DELEGADOS MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES

A elaboração de uma ferramenta de trabalho de tamanha importância, que condiciona o desenvolvimento futuro do País, não seria possível sem o engajamento dos diversos agentes e intervenientes na política agrícola e desenvolvimento rural, na base de uma reflexão nacional e através de um dialogo amplo, crítico e participativo que implique um processo de concertação nacional.

De facto nas diversas etapas da sua preparação, a Carta de Política Agrícola e de Desenvolvimento Rural, contou com a participação activa, quer através de reuniões, como de Comissões de Grupos de Trabalhos e ainda de Ateliers a nível dos Distritos, envolvendo diferentes categorias de actores, nomeadamente:

- Os representantes das grandes, médias e pequenas empresas;
- Os responsáveis e diversos técnicos nas mais distintas áreas do Ministério da Economia, dos Programas e Projectos;
- Os representantes distritais;
- Os técnicos dos mais variados departamentos ministeriais, etc.

Por outro lado, a contribuição permanente dos representantes da Comunidade Internacional, foi decisiva quer através do apoio técnico e financeiro da Divisão de Assistência em Políticas Agrárias da FAO, complementado com recursos disponibilizados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e do Fundo Internacional para o Desenvolvimento

AGRÍCOLA (FIDA) o que permitiu dar uma maior coerência e uma valiosa ajuda no plano metodológico nas diferentes etapas do processo de actualização da referida Carta.

Em nome do Governo que dirijo e em meu nome pessoal, espero que este evento que hoje se inicia durante um período de aproximadamente de 3 dias seja de facto uma oportunidade única para uma ampla e franca discussão e que se inscreva no quadro de uma abordagem participativa e consensual sobre o futuro do País no âmbito da promoção do desenvolvimento sustentado do sector da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, a curto, médio e a longo prazos.

As vossas opiniões e sugestões, serão de capital importância e utilidade para o enriquecimento do documento a que já nos referimos.

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES
CAROS DELEGADOS

Da parte do Governo, posso desde já afirmar-vos que comprometemos na criação de todas as condições favoráveis que assegurem o cabal cumprimento dos objectivos e metas fixadas na Carta e na aplicação de medidas de seguimento a fim de permitir que as grandes opções estratégicas sejam atingidas com êxito.

A sua aplicação, decerto exigirá um quadro coerente de acções sub-sectoriais, assim como a sua inserção na complementaridade com outros sectores no contexto da estratégia económica e social do Governo.

Uma nota de destaque para a ilha imã do Príncipe, que no âmbito da Carta deverá merecer um tratamento especial, tendo em conta as suas especificidades próprias inerentes a dupla insularidade a que tem estado sujeita.

Finalmente, diria que considerando a importância e utilidade sócio-económica desta ferramenta de trabalho, é nossa opinião que a mesma deva ser aprovada e adoptada pelo órgão máximo do poder legislativo, ou seja, a Assembleia Nacional.

Após a sua aprovação, a Carta de Política Agrícola e de Desenvolvimento Rural, deverá constituir o documento reitor da política agrícola santomense. Isto significa dizer que, não obstante as alterações pontuais que venha a sofrer, face a evolução dos factores tanto endógeno, como exógenos, na sua essência, esta Carta deverá constituir um instrumento que norteará a política do sector, independentemente dos possíveis Governos que venham a estar a frente dos destino do País.

É esta a nossa esperança e também a nossa convicção.

Minhas Senhoras e meus senhores, declaro aberto, o Workshop sobre a Actualização da Carta de Política Agrícola e de Desenvolvimento Rural.

Muito obrigado pela vossa atenção

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES
WORKSHOP NACIONAL PARA VALIDAÇÃO DO PROJECTO DA
CARTA ACTUALIZADA DE POLÍTICA AGRÍCOLA,
DESENVOLVIMENTO RURAL E PESCAS

Realizou-se nos dias 27,28 e 29 de Setembro de 2006, numa das salas do Palácio dos Congressos, o Workshop Nacional para validação do Projecto da Carta Actualizada de Política Agrícola, Desenvolvimento Rural e Pescas.

A sessão de abertura foi presidida por sua Excelência o Primeiro Ministro e Chefe do Governo. Estiveram presentes no referido evento:

Distintos membros do Governo, nomeadamente Sua Excelência o Ministro da Defesa e Ordem Interna, Sua Excelência a Ministra de Trabalho Solidariedade, Mulher e Família e Sua Excelência o Ministro da Administração Pública, Reforma do Estado e Administração Territorial, e Sua Excelência o Ministro dos Recursos Naturais e do Meio Ambiente em representação da Ministra da Economia,

Representantes de Países amigos e de Organizações internacionais, a saber: o Senhor Embaixador da República de Taiwan, o Senhor Representante do Programa das Nações Unidas, o Senhor Representante da FAO para Angola e S.Tomé e Príncipe, o Senhor Representante do FIDA e o Senhor Representante da Comunidade Económica dos Estados da África Central.

Delegados, constituídos por representantes da sociedade civil organizada, nomeadamente as ONGs, a Câmara do Comércio, Agricultura, Indústria e Serviços, por representantes dos diversos Órgãos de Administração Central do Estado, pelos Responsáveis e Técnicos aos diversos níveis do Ministério da Economia, pelos representantes dos médios empresários e dos pequenos agricultores.

No seu discurso de abertura, Sua Excelência o Primeiro Ministro e Chefe do Governo enfatizou a importância e utilidade sócio-económica da Carta de Política Agrícola e Desenvolvimento Rural e Pescas, sublinhando que constitui um verdadeiro documento de orientação metodológica para o desenvolvimento sustentado do sector agrícola e do mundo rural Santomense e que a implementação desse precioso instrumento permitir-nos-á modernizar o nosso meio rural, gerar empregos, melhorar o rendimento das famílias, permitindo assim atingir os objectivos do Milénio para o Desenvolvimento, tendo por esses factos apelado à participação de todos para o enriquecimento do documento.

Este evento foi uma oportunidade ímpar pelo simples facto de ter permitido no momento próprio uma ampla e aberta discussão entre os delegados presentes, após a apresentação dos diferentes temas dos sub-sectores constantes na Carta elaborada pelos diferentes grupos temáticos, a saber:

- Diagnóstico e Propostas do Sub-sector Agrícola
- Diagnóstico e Propostas do Sub-sector Pecuária
- Diagnóstico e Propostas do Sub-sector Florestal
- Diagnóstico e Propostas do Sub-sector Pesqueiro
- Diagnóstico e Propostas da Região Autónoma do Príncipe

- Diagnóstico e Propostas sobre Transformação e Agro-Indústria
- Diagnóstico e Propostas sobre a Comercialização de Insumos e Produtos
- Diagnóstico e Proposta sobre as Infraestruturas Rurais e das Pescas
- Diagnóstico e Propostas sobre Poupança e Crédito Rural e Pesqueiro
- Diagnóstico e Propostas sobre Instituições Públicas e Não Públicas
- Diagnóstico e Propostas sobre a Formação Formal e Não Formal
- Diagnóstico e Propostas sobre a Investigação Agro-Pecuária, Florestal e Pesqueira
- Diagnóstico e Propostas sobre a Vulgarização
- Diagnóstico e Propostas sobre a Cooperação Técnica Internacional
- Diagnóstico e Propostas o Processo Fundiário
- Diagnóstico e Propostas sobre a Mulher Rural
- Programa Nacional de Investimento à Médio Prazo
- Perfis de Projectos Proritários
- Estratégia de Desenvolvimento do Sector de Agricultura, Pecuária e Pescas
- Proposta de criação do Fundo de Desenvolvimento Rural e Pescas (FDRP)
- Apresentação do Projecto ao Programa Regional de Segurança da CEEAC

Após a análise dos temas suprarreferenciados os delegados presentes decidiram validar o Projecto da Carta actualizada da politica agrícola e do desenvolvimento rural e pescas e a proposta da criação do Fundo de Desenvolvimento Rural e Pescas. Na sequência das discussões que tiveram lugar foram feitas as seguintes conclusões e recomendações:

1. No âmbito global

- a) Que a CPADR seja adoptada pelos Órgãos da Soberania Nacionais, nomeadamente o Governo e a Assembleia Nacional, como um instrumento de trabalho a implementar pelo Governo.
- b) Para que as metas, objectivos e estratégias sejam progressivamente cumpridas no âmbito da carta, acha-se útil que como ponto de partida se deva proceder ao recenseamento agrícola de modo a nos permitir conhecer com exactidão os elementos socio-económicos indispensáveis para medir, avaliar e projectar o futuro;
- c) Que seja divulgada e com a maior abrangência possível, a CPADR junto dos agricultores por se tratar de principais actores do desenvolvimento rural, por forma a que seja entendida e interpretada com coerência e clareza os grandes objectivos estratégicos contidos na Carta após a sua validação e aprovação pelos centros de decisão do País.
- d) Que na proposta do Plano de Acção, sejam incluídos os resultados a esperar a curto médio e longo prazos em cada um dos projectos e programas propostos.
- e) Os delegados consideraram que o facto do Sector da Agricultura Desenvolvimento Rural e Pescas (SADERPE) estar incluído nas demais áreas económicas, tem ofuscado a importância deste. Por isso, os delegados recomendaram categoricamente que seja criado um Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pesca que se encarregue das áreas da agricultura, pecuária, florestas e pescas.
- f) Tendo em conta a relação existente entre o ambiente e a SADERPE, que seja equacionado a possibilidade de incluir o sector de ambiente no pelouro da SADERPE.

2. No âmbito dos sub-sectores da agricultura, pecuária e floresta

- a) Que seja solicitado um reforço ao fundo de epizootias já existente destinado a prevenir o País de possíveis e eventuais casos de epidemias no efectivo pecuário.

- b) Que seja revista a necessidade de se proceder a calendarização dos tratos culturais das diferentes culturas em função das condições agro-ecológica;
- c) Necessidade de promover a regionalização dos serviços de Extensão Rural e Assistência Técnica, prevendo-se para o efeito a descentralização dos serviços assistenciais por regiões, em estreita colaboração com os órgãos do poder local.
- d) Necessidade de aplicação com rigor os conceitos agro-económicos expressos na carta de potencialidades agrícolas, utilizando-se para o efeito os resultados de zoneamento para organizar a exploração agro-silvo-pastoril de acordo com a vocação agro-ecológica dos solos de cada região. Ainda a este respeito, advertiu-se na necessidade de se vir a actualizar a carta dos solos, pelo facto de se reconhecer tratar-se de um instrumento de consulta e de trabalho de grande qualidade;
- e) Que seja aplicada com rigor e eficiência a montagem do dispositivo das fileiras de produção até à fase de comercialização e de mercado dos produtos produzidos pelos agricultores, pois que só agindo deste modo estaremos a desenvolver e promover o sector para uma agricultura modernizada.
- f) Em matéria de promoção da produção de malagueta, gengibre e açafrão, os delegados recomendaram que:
 - Sejam realizados estudos de viabilidade económica e de mercado;
 - Sejam realizados ensaios de variedades para adaptação e rendimento;
 - Formação e assistência técnica aos agricultores que demonstrem interesse por estes cultivos.
- g) No quadro da Assistência do Programa Alimentar Mundial de que o País tem vindo a ser beneficiado, os delegados presentes foram informados da forte possibilidade de internamente poder-se vir a produzir determinados produtos alimentares, em substituição dos habituais produtos ofertados pelo Programa ao País, impõe-se que sejam devidamente avaliadas técnica e economicamente o potencial interno de determinadas culturas de cereais e óleo de palma, na perspectiva de promoção de oportunidades de negócios para os produtores nacionais. Para isso, recomenda-se que seja criado um grupo de trabalho constituído por técnicos do Ministério de Economia e do PAM, para o efeito.
- h) Necessidade de melhorar o texto relativo ao Sub-capítulo concernente a Pimenta e Baunilha.

3. No domínio da Região Autónoma do Príncipe

Pela sua natureza de dupla insularidade a que a ilha do Príncipe está sujeita, que por incontornável e manifesta tendência para as trocas comerciais tornam cada vez mais inviáveis e inoportáveis os custos acrescidos de transporte de mercadorias entre as duas ilhas, os sectores agrícola e pesqueiro, apresentam-se como os mais directamente afectados por esta insularidade que está na origem dos desequilíbrios verificados entre as necessidades de subsistência das populações rurais (agricultores e pescadores). Considerando que essa descontinuidade territorial apresenta-se como uma ocorrência inevitável, dada a ausência de meios técnicos e financeiros capazes de permitir uma resposta adequada a esta situação, o Estado deverá chamar a si toda a assunção e responsabilização de questões, que têm a ver com a dupla tributação estabelecida pelos serviços alfandegários/ENAPORT, de forma a viabilizar o custos a que estão submetidos a transportação de bens produzidos naquela região do País.

4. No domínio da Investigação

- a) Necessidade de proceder-se a reestruturação do CIAT, transformando-o num moderno centro de pesquisa com carácter pluridisciplinar, abrangendo todos os demais sub-sectores, nomeadamente, pecuário, florestal, pesqueiro e agro-industrial, com o fim de reduzir os custos de funcionamento e melhorar as capacidades dos quadros técnicos, com o apoio de organismos nacionais e internacionais;
- b) Instalação de um laboratório de referência para análise dos produtos agrícolas e pecuária e pescas.

5. No domínio dos sub-sectores de Transformação e Comercialização de Insumos e Produtos

- a) O facto da comercialização dos produtos produzidos localmente implicar que se tenha uma noção exacta da quantidade e da qualidade do que se produz, para que sejam definidas com coerência as políticas, quer internas, quer externas, torna-se absolutamente indispensável que os produtores, quer sejam pequenos, médios e/ou grandes se disponibilizem os dados da exploração, pois que só agindo deste modo as Instituições Públicas estarão em condições de desempenhar o papel de facilitador e promotor de medidas de política, mediante a criação de mecanismos institucionais que facilitem as transacções comerciais com os mercados e que venham a assegurar as condições favoráveis para o desenvolvimento do sector no seu conjunto;
- b) Que em matéria de produtos transformados, sejam instaladas pequenas unidades de processamento de tecnologias apropriadas, para incentivar e promover actividades geradoras de rendimentos (aguardente, frutas e hortaliças), desde que associado a um estudo prévio de viabilidade técnico e económico e de colocação no mercado.
- c) Conclui-se de que a região Sul do País tem vindo a ser relegado ao esquecimento e tendo em conta que o nível de pobreza que vem-se alastrando nessa região, se vem agudizando a cada dia que passa, recomenda-se que seja dada uma atenção particular à essa Região, promovendo assim projectos exequíveis que venham a criar condições básicas para o seu desenvolvimento progressivo.

6. No domínio dos sub-sectores de Infra-estruturas Rurais e das Instituições Públicas e Não Públicas

- a) A Federação das ONGs em colaboração com o Ministério da Economia deverá propor a Assembleia Nacional uma legislação que regule as actividades das ONGs nacionais e estrangeiras que vêm operando em S. Tomé e Príncipe. Em caso das ONGs estrangeiras, ter em conta:
 - Transferência de tecnologias e de conhecimentos (formação de quadros nacionais);
 - Trabalhar em parceria com as ONGs locais e afectar uma percentagem do fundo externo obtido à ONG local;
- b) Necessidade imperiosa de se proceder ao fortalecimento da capacidade institucional dos serviços de apoio ao Governo para a formulação de políticas e planificação dos investimentos e avaliação dos resultados, e dar uma atenção particular as outras áreas, nomeadamente, nos domínios da pesquisa-vulgarização e formação;
- c) No domínio do sub-sector das instituições públicas e não públicas os delegados recomendam que se vele pela realização de acompanhamento e avaliação interna dos serviços, programas e projectos;

- d) De igual modo, que se promova um bom desempenho na gestão técnica e financeira dos serviços de modo a garantir uma melhor transparência, eficiência e credibilidade das instituições;
- e) O sector deverá implementar medidas de política que evitem a fuga de quadros para outros sectores não agrícolas, com maior remuneração tornando o sector mais atractivo, quer em termos institucionais, quer produtivos, ou seja, que os recursos humanos afectos ao sector sejam devidamente valorizados;
- f) Que junto ao Ministério da Educação, seja estabelecida uma percentagem da quantidade da bolsas de estudo para o exterior do País a serem destinadas às áreas agrícola, pecuária e pescas;
- g) Que seja estabelecido um seguro de risco aos quadros técnicos que se deslocam às zonas de risco em missões de trabalho.

7. No âmbito dos sub-sector de Poupança e Crédito Rural e Pesqueiro, de Formação Formal e Não Formal, e Pesqueiro; do Processo Fundiário e da Mulher Rural

- a) Que seja encarada a hipótese de se proceder a integração dos quadros técnicos dentro da política de distribuição de terras de acordo com os princípios definidos no programa de reforma fundiária, de forma a permitir que:
 - A aplicação técnica e prática dos conhecimentos adquiridos;
 - Se promova técnica e financeiramente este grupo;
 - A área sirva de demonstração e contribua para sensibilização aos pequenos e médios agricultores;
- b) Que se crie condições que impeçam toda e qualquer forma de globalização de terras;
- c) Que seja incentivada o interesse pela Agricultura, Pecuária e Pescas, instituindo, entre outras:
 - Semana Nacional de Agricultura que entre outras actividades incluam a atribuição de estímulos, prémios ou subsídios para os produtores, técnicos e outros agentes;
 - Apoio as ONGs parceiras do Governo reservando uma percentagem da verba do Ministério tutelar para estes fins;
- d) Criar linhas de crédito (micro-crédito e crédito comercial) para as actividades relacionadas com a produção, transformação e comercialização de produtos produzidos internamente;
- e) No âmbito do processo fundiário há toda uma necessidade que se proceda a aquisição de instrumentos de maior precisão para a actualização da carta de base cadastral;
- f) Dada a falta de cadastro e de registos das terras agrícolas distribuídas, torna-se absolutamente indispensável implementar determinados procedimentos administrativos para efeitos de uma completa acção cadastral mais rigorosa no âmbito do processo da nova matriz cadastral do País a ser levada a cabo nos próximos tempos que se avizinham;
- g) Para as mulheres do meio rural, deverão ser promovidas projectos inseridos no quadro das actividades geradoras de rendimento, tendo em conta a diferença social proveniente de diferença de género.

8. No domínio de Programa nacional de Projectos a médio prazo e perfis dos projectos prioritários

- a) No âmbito do espírito da Nova Parceria para o Desenvolvimento da Agricultura da África (NEPAD) e do Programa Detalhado para o Desenvolvimento da Agricultura em África (PDDAA) e simultaneamente reforçar o sentido estratégico das acções no

combate contra a pobreza e a insegurança alimentar, o Governo endereçou um pedido à FAO para que fosse financiado a elaboração de um Programa Nacional de Investimento a Médio Prazo e de uma carteira de Formulação de Perfis de Projectos de Investimentos Bancáveis, com o objectivo de criar um ambiente favorável a uma melhoria dos níveis de competitividade do sector agrícola e do meio rural.

- b) Da análise feita ao documento de apoio a implementação ao Programa Nacional de Investimento a Médio Prazo, os delegados presentes validaram consensualmente e com satisfação este valioso instrumento de trabalho, esperando-se que órgãos superiores da Nação o aprovem para a sua posterior implementação.

9. No capítulo das estratégias para os sub-sectores da agricultura, pecuária, florestal e pesqueiro, as recomendações assumidas pelos delegados presentes resumiram-se nos seguintes

- a) Necessidade de aquisição de equipamentos de laboratório de virologia e de reagentes para o CIAT, afim de dar resposta ao alastramento e persistência de doenças e pragas que vem sendo alvo a horticultura e plantações perenes, como é o caso da pimenta;
- b) Necessidade de se proceder ao seguimento e avaliação dos programas e projectos;
- c) Necessidade de propagação de material vegetativo de cacau através da multiplicação vegetativa para o aumento da produção e produtividade;
- d) Que sejam promovidas jornadas agronómicas como meio dos técnicos intercambiarem as suas opiniões técnicas sobre determinadas temas devidamente seleccionados, permitindo assim que seja elevado o nível técnico-profissional dos quadros;
- e) Sendo o transporte de pessoas e mercadorias uma das preocupações das populações que receberam terras concedidas pelo Estado e o facto desta lamentável situação desincentivar a produção, concluiu-se que a ideia de projecto de tracção animal (asininos e muares) foi bem recebida como alternativa ajustada e auto-sustentável, pelo que ficou recomendado que a questão deva ser objecto de estudo e em caso de sua viabilidade que seja apresentado um projecto para efeitos da sua implementação;
- f) A respeito do crédito agrícola, os fundos deverão ser postos nas instituições bancárias com vocação para conceder créditos, com a participação do Estado, por forma a facilitar e apoiar o agricultor face as inúmeras situações de risco a que está sempre sujeito.

10. Relativamente à Criação de Fundo de Desenvolvimento Rural e Pescas (FDRP)

Sobre o documento tratou-se de propor a criação do Fundo, como uma questão urgente, tendo em conta o potencial da agricultura do País e a necessidade do Governo investir os recursos provenientes do petróleo no desenvolvimento do meio rural, na redução da pobreza e na coesão social.

Por este motivo, propõe-se que o Fundo seja lançado de forma faseada e progressiva, de acordo com os objectivos expressos no documento. A primeira fase consiste na canalização dos recursos através dos governos locais e instituições de fins não lucrativos existentes (direccionados para os bens públicos e os membros mais vulneráveis da população) assim como a utilização das instituições bancárias sedeadas no país (direccionados para os pequenos proprietários devidamente organizados e com cariz empresarial).

De igual modo, o relatório especifica os tipos de investimento a serem priorizados, os beneficiários-alvo, os procedimentos a serem desenvolvidos para o lançamento do Fundo, incluindo a preparação detalhada da organização operacional e os planos institucionais.

Apresenta uma listagem completa das acções da Fase 1 e aponta as linhas gerais dos passos necessários para se tomar as decisões relativas a Fase 2.

Face a importância da criação do Fundo, os delegados decidiram por unanimidade adoptar o documento e recomendaram que:

- a) Os textos relativos a criação do Fundo sejam submetidos aos Órgãos de soberania para a sua adopção;
- b) A concessão de créditos obedeça a critérios e normas estritamente estabelecidas pelo Fundo;
- c) Os mecanismos de concessão de fundos sejam flexíveis e que facilitem os procedimentos para obtenção de financiamentos pelo público-alvo.

No quadro do Projecto de Apoio do BAD ao Programa Regional da Segurança Alimentar da CEEAC, os delegados foram informados sobre os seu objectivos, componentes e os resultados já esperados, constituindo uma vertente importante no quadro da implementação da CPADR, tendo recomendado:

- a) A criação de um gabinete de segurança alimentar em S. Tomé com o apoio técnico e financeiro do Projecto de apoio do BAD ao programa regional da segurança alimentar da CEEAC.
- b) O referido projecto financiará estudos sobre:
 - Reabilitação das infra-estruturas de comercialização (pistas rurais, mercados rurais de interesse regional, postos de controlo nas fronteiras; e Laboratório de análise de controlo de normas de qualidades de bens alimentares.

A Sessão de encerramento foi presidida por Sua Excelência o Ministro dos Recursos Naturais e Meio Ambiente em representação da Ministra Titular que reiterou o engajamento do Governo no grandes objectivos estratégicos constantes no documento da Carta actualizada de Política Agrícola Desenvolvimento Rural e Pescas ora validada.

Feito em S. Tomé, aos 29 de Setembro de 2006.

Pelo Grupo de Redacção, coordenado por:

Carlos H. Cravid Pires dos Santos.

**CARTA DE POLÍTICA AGRÍCOLA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS
PESCAS E PREPARAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE INVESTIMENTO DE
MÉDIO PRAZO DO SECTOR**

**Intervenção do Sr. Manuel de Deus Lima
Ministro dos Recursos Naturais e do Meio Ambiente de STP
Acto de Encerramento do Workshop Nacional**

São Tomé, 29 de Setembro de 2006

**SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA NACIONAL
SENHORES MEMBROS DO GOVERNO
SENHOR REPRESENTANTE DO PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS
SENHOR REPRESENTANTE DA FAO PARA ANGOLA E STP
SENHOR REPRESENTANTE DO FIDA
SENHORES REPRESENTANTES DE PAÍSES AMIGOS E DE INSTITUIÇÕES
INTERNACIONAIS
CAROS DELEGADOS
MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES**

Carta Política Agrícola e Desenvolviemnto Rural e Pescas constitui um importante instrumento de planeamento e gestão do Sector Agrícola, ou seja apoiar o Governo de tomar decisões políticas que visam o desenvolvimento sustentável do Sector.

Foram indentificados vários constrangimentos com que o Sector se confronta.

Constrangimentos que foram debatidos dentro de um clima fraterno e de entendimento mutuo.

Foram identificados as potencialidades do Sector e as oportunidades que oferecem em termos o seu desenvolvimento, nomeadamente:

- Garantia da segurança alimentar como Sector gerador de rendimento e melhoria de qualidade de vida da população.
- Foram feitas várias recomendações e definidas várias estratégias e concebido um plano de acção que visam remover os constrangimentos com que o Sector se confronta e aproveitar as oportunidades que o mesmo oferece para o desenvolvimento socio-economico do Pais.

Durante tres (3) dias de Seminário os documentos apresentados e discutidos no evento foi bastante enriquecido. Alíás, o Sector Agrícola é um dos Sectores mais preponderante que faz parte do programa do Governo que faço parte, daí que desencadaremos todos esforços para materializar as recomendações apresentadas neste evento.

Muito Obrigado

Declaro encerrado este evento.

**WORKSHOP NACIONAL SOBRE ACTUALIZAÇÃO DA
CARTA DE POLÍTICA AGRÍCOLA,
DESENVOLVIMENTO RURAL E PESCAS**

Lista de Presença dentro da Sala

27 - 28 - 29/09/06

N.	Nome	Instituição
1	Aires Bruzaca	Independente/BM
2	Alberto Morais	M.A. Gab.Ministra
3	Albino Fonseca	Presidencia da Repub.
4	Alda Ramos	COMECA e AMEPST
5	Alvaro Vila Nova	CIAT
6	Americo Rocha	D.Agricultura
7	Ana Justina	Estatistica
8	Ana Maria Deus Lima	CIAT
9	Anastacio Pereira da Mata	Sector Privado
10	Anatolio Ndong Mba	Representante da Fao
11	Angelino Lucena	GICPPA/STP
12	Antonia Neto	CIAT
13	Antonio Augusto Lima	GRF
14	Antonio Viegas	PNUD
15	Argentino Pires dos Santos	M.E.
16	Aristides Barros	D. Industria
17	Arlindo Almeida	Presid. Da OPACA
18	Arlindo Carvalho	Gabinete Ambiente
19	Armindo Vera Cruz	CIAT
20	Atalmiro Trindade	CICPAD
21	Aurelio Rita	Floresta
22	Balbina Sousa	Mên-Ganha P.Ovo
23	Benvindo Rodrigues	Consultor FIDA
24	Calistro Will	PAPAFPA
25	Carlos Pascoal	M.Economia
26	Celestino Viega	Principe
27	Celso Sousa Pontes	ONG ADAPPA
28	Claudina Costa	GRF
9	Clixtro Will	PAPAFPA
30	Cosme Cabeça	CICPA/ZCAS
31	Damiao Matos	Principe Pecs
32	Deladier Fernandes	Ex-PrJ.Pimenta
34	Delcio Barreto	D. AGRICULURA
35	Deodato Tiny	Uba Budo
36	Dilton Tiny	Banco Equador
37	Domingos Silva	Direc.Industria
38	Dr. Beassen Joel	CEEAC- Libreville (Gabon)
39	Eleuterio Menezes Cravid	Presidente da Coop, P.Ag.

40	Elisio Neto do Espirito Santo	MARAPA
41	Emidio Pereira	AJSIE
42	Eulalia Cunha	CATAP
43	Ezequel Vicente Fernandes	Micondo
44	Felisberto Cruz	CIAT
45	Fernando Cruz	
46	Filipe Bonfim	PEP
47	Filipina Vera Cruz Rocha	Observ.Redução da Pobreza
48	Francisco Dias Chimuco	FAO
49	Francisco Ramos	PAPAFPA
51	Geraldo Calogar	FAO
52	Germino do Espirito Santo	COOPBA
53	Gervasio do Rosario	Direcção das Pescas
54	Graca Viegas	PESSOAL
55	Graciano Espirito Costa	Direc Pesca
56	Gregorio Santiago	Minist. Justica
57	Guilherme Mota	ANP-STP
58	Helder P. Lima	
59	Helder Pinto	PAPAFPA
60	Idalecio Barreto	Pecuaria
61	Idalecio Penha	ZCAS
62	Idalecio Pereira Mato	ME
63	Idalina Sousa	CIAT
64	Idalino Rita	Direcção do Comercio
65	Ismael Prazeres	Pecuaria
66	Ivo Afonso	FEDA/Me-Zochi
67	Izequel S. Menezes	ZOOVET
68	Jesuino Lima	GRF
69	Joao Gomes	Grupo HB
70	Joao Pessoa	MARAPA
71	Joao Viegas da Costa Cravid	Director de ADPPA
72	Jorge Bonfim	Direcção Comercio
73	Jorge Dias Correia	Vice-Pres.C.Ass.Nacional
74	Jose Alice Moreira	GRF
75	José Boa Morte	Bela Vista
76	José Manuel Miranda	Principe
77	Jose Maria Umbelina	G.Primeiro Ministro
78	José Rodrigues	GIEPPA/STP
79	Joselino Carvalho	FECOOPAL
80	Leonel Santos	Pecuaria
81	Leopoldo Fernandes	FASTP
82	Luciano d'Apresentacao	FENAPA
83	Luis Will Deus Lima	Sta.Margarida
84	Maley Fernandes	Ministerio de Trabalho
85	Manuel Fernandes	ICAS
86	Manuel Narciso	DEP
87	Maria Antonieta D'Alva	COOPAVE-STP Pecuaria
88	Maria da Graca dos Anjos	Sondabiente

89	Maria do Ceu Silveira	Min.Infrast.Ord.do Territorio
90	Maria Manuela	D. Pescas
91	Maria Odete Aguiar	DPE
92	Maximo Aguiar	CARITAS
93	Nanuel dos S.E Silva	Sector Privado
94	Natalina V. Cruz	Pecuaria
95	Nelson Barbosa	Banco Equador
96	Onofre Marques Fernandes	M.E.
97	Pascoa Costa	D.Florestas
98	Pedro Borja	FRACOOPAL
99	Pedro M. Afonso	CICIPAGA
100	RIRIA Conceição	ASCI
101	Rosendo Cample	FRECOCAPAL
102	Sabino Carvalho	Floresta
103	Silvestre Umbelina	Principe
104	Teodorico Campos	FENAPA
105	Teotonio Costa	CICIPADA
106	Tomaz Cardoso	Agricultura
107	Victor Bonfim	G.Ambiente
108	Virginia Godinho	D.Pescas

Referências Bibliográficas

- Agroges/Cinforma. 1999. Estudo sobre as vantagens compartilhadas entre as pequenas, médias e grandes empresas agrícolas de STP. Relatório Final. Dez. 1999. 78 pags.
- Alves, E. 2005. Premissas em que se fundamentam a estratégia de I&D. in: Calegar, G. M. Guia para preparação das estratégias das instituições do SNCT. TCAS. Roma.
- BAD. 2002. Fonds Africain de Développement. Projet d'appui au développement des ressources humaines. Rapport d'Evaluation. Septembre. 2002
- BAD. Document de stratégie pays axé sur les résultats (DSPAR). Département par Pays, Région Centre. Juillet 2005.
- Bruzaca de Menezes, Aires. 2003. Implicações sócio-económicas da exploração de petróleo em STP. Instituto Superior de Economia e Gestão. Universidade Técnica. Lisboa. 136ps.
- CEAN. 1997. La problématique foncière dans l'archipel de STP. Mission Française de Coopération et d'Action Culturelle, Centre d'Étude d'Afrique Noire (CEAN). Sao Tomé, mars 1997. 102 pages.
- Economic Intelligence Unit. 2005. STP Country Profile 2005. London, EIU. 38 pages.
- Economic Intelligence Unit. 2005. STP Country Report, May 2005. London, EIU. 16 pages.
- FAO. 1992. Programme de Développement des Cultures Vivrières (1993-1997). Vol. 1-4.
- FAO. 2005. Appui aux communautés de pêche en technologie post capture et en commercialisation du poisson. TCP/STP/3002.
- FAO. Small Island Development States (SIDS).
- FMI. 2005. Request for a Three-Year Arrangement under the Poverty Reduction and Growth Facility. African Department, July 2005.
- GRDSTP-Brasil. 2003. Cooperação Técnica Brasil-STP.
- GRDSTP-UNDP-OMT. 2004. Mesa Redonda sobre Desenvolvimento do Turismo.
- Masters, W. A. and Uaiene, R. N. 2005. Elements of a Plan of Action for STP: Agriculture and Rural Development. Columbia University. June 20, 2005. 25 pages.
- Ministério da Agricultura e Pescas. 1997. Carta de Política Agrícola e do Desenvolvimento Rural: Diagnóstico. STP. 09 de Dezembro de 1997. 79 pags.
- Ministério da Economia. 2000. Carta de Política Agrícola e do Desenvolvimento Rural: Estratégia. STP. Janeiro 2000. 48 pags.
- Ministério da Economia. 2000. Carta de Política Agrícola e do Desenvolvimento Rural: Plano de Acção. STP. Julho 2000. 64 pags.
- ONUDI. 1995. Atelier sobre o Desenvolvimento Industrial. Organizações das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONUDI). São Tomé, Abril 1995. 62 pags.
- PAPAFPA. 2005. Rapport annuel d'exécution technique et financière 2004. Programa Nacional de Apoio e Pomoção da Agricultura Familiar. 79 pages. mars 2005.
- Pires dos Santos, Argentino. 2000. Emergência de Mecanismos de Poupança e Endividamento na Pequena e Média Agricultura em S.Tomé e Príncipe. Instituto Superior de Agronomia. Universidade Técnica. Lisboa. 72 pags.
- PNUD. 2005. Revue Économique Semestrielle de STP. Édition No. 1. 31 pages, Janvier 2005.
- Potter, Bruce. 2005. Sustainable Tourism in STP. Island Resources Foundation for the Earth Institute. Columbia University. March 31, 2005. Washington DC. 9 pages.
- RDSTP. 1992. Program nacional de médio e longo prazos: Consulta Sectorial. Secretaria de Estado da Cooperação e Desenvolvimento. Volume I, Março 1992. 147 pags.
- RDSTP. 1995. Plano de Desenvolvimento da Pecuária em STP. SODETEG. Vol. I. 79 pags.
- RDSTP. 1997. Implicações Jurídicas da Reforma Agrária. Relatório. Agosto 1997. 32 pags.
- RDSTP. 1997. Renforcement du Système National de Statistique Agricoles. Document de Project. Ministère de L'Agriculture et des Pêches. Octobre 1997. 25 pages.

- RDSTP. 2000. Estratégia para a o desenvolvimento da agricultura nacional no horizonte 2010. Seguraça Alimentar. Setembro de 2000. 47 pags. versão preliminar.
- RDSTP. 2001. Alternativas e potencialidades económicas para a Região Autónoma do Príncipe. ME. DGADR. Project de Privatização Agrícola e de Desenvolvimento de Pequenas Propriedades. Agenda, SCONESI, Lda. Lisboa, Abril 2001.
- RDSTP. 2002. Estratégia Nacional de Redução da Pobreza. STP. Dez. 2002 e 2004. 57 p.
- RDSTP. 2004. Objectifs du millénaire pour le développement. Premier rapport national. S. Tomé, Avril 2004. 38 pags.
- RDSTP. 2004. Proposta de Plano Nacional de Desenvolvimento Florestal, PDF, Período 2003-2007. ECOFAC – STP, Protecção dos Ecossistemas Florestais da África Central. ECOFAC/AGRECO/CIRAD. Forêt. 86 pages.
- RDSTP. 2004. Stratégie nationale pour l'égalité et l'équité de genre. Septembre 2004. 74 pages. (version provisoire).
- RDSTP. 2005. Estratégia Nacional de Redução da Pobreza: Programa de Acções Prioritárias 2005-2008. Parceria para a Boa Governação e Redução da Pobreza. Mesa Redonda com os Parceiros de Desenvolvimento de STP, Bruxelas, 6 de Dez. de 2005. 235 pags.
- RDSTP. 2005. Estudo diagnóstico de integração do Comercio para STP. Versao 1. 2 Maio 2005. 132 pags.
- RDSTP. 2005. Lei Quadro das Receitas do Petróleo.
- RDSTP. 2006. A Mulher no Meio Rural. Documento do Grupo de Trabalho GT-08 (DT-8). DPE-ME. Março 2006. 27 pags.
- RDSTP. 2006. Comercialização de Produtos e Insumos Agrícolas, Pecuários, Florestais e Pesqueiros. Documento do Grupo de Trab. GT-07 (DT-7). DPE-ME. Mar. 2006. 43 ps.
- RDSTP. 2006. Cooperação Técnica Internacional. Documento do Grupo de Trabalho GT-14 (DT-14). DPE-ME. Março 2006. 32 pags.
- RDSTP. 2006. Culturas Alimentares. Documento de Trabalho do GT-02-1 (DT-2-1). DA-ME. Março 2006. 28 pags.
- RDSTP. 2006. Culturas Perenes de Exportação. Documento de Trabalho do GT-02-2 (DT-2-2). DA-ME. Março 2006. 26 pags.
- RDSTP. 2006. Desenvolvimento Diversificado e Sustentado da Pecuaria. Documento do Grupo de Trabalho GT-03 (DT-3). DP-ME. Março 2006. 21 pags.
- RDSTP. 2006. Desenvolvimento Diversificado e Sustentado do Sector Pesqueiro. Documento do Grupo de Trabalho GT-05 (DT-5). DPesca. ME. Março 2006. 38 pags.
- RDSTP. 2006. Diagnóstico e Propostas da Região Autónoma do Príncipe (RAP). DT-1. Março 2006. DPE-ME. 50 pags.
- RDSTP. 2006. Diagnóstico, estratégia e plano de acção do subsector agro-industrial. Documento do Grupo de Trabalho GT-06 (DT-6). DPE-ME. Março 2006. 25 pags.
- RDSTP. 2006. Florestas, Recursos Naturais e Ambiente. Documento do Grupo de Trabalho – GT-04 (DT-4). Março 2006. DF-ME. 73 pags.
- RDSTP. 2006. Formação Agrária. Documento do Grupo de Trabalho GT-12-2 (DT-12-2). ME. Março 2006. 43 pags.
- RDSTP. 2006. Fundo de Desenvolvimento Agro-Pecuário e Rural. Documento do Grupo de Trabalho GT-15 (DT-15). DPE-ME. Março 2006. 48 pags.
- RDSTP. 2006. Infra-Estruturas Rurais. Documento do Grupo de Trabalho GT-10 (DT10). DPE-ME. Março 2006. 46 pags.
- RDSTP. 2006. Instituições Públicas e não Públicas. Documento do Grupo de Trabalho GT-11 (DT-11). DPE-ME. Março 2006. 45 pags.
- RDSTP. 2006. Investigação e Vulgarização. Documento do Grupo de Trabalho GT-12-1 (DT-12-1). CIAT-ME. Março 2006. 17 pags.

- RDSTP. 2006. O Processo Fundiário. Documento do Grupo de Trabalho GT-13 (DT-13). ME. Março 2006. 16 pags.
- RDSTP. 2006. Poupança e Crédito Rural. Documento do Grupo de Trabalho GT-09 (DT-9). DPE-ME. Março 2006. 19 pags.
- RDSTP. 2006. Programa Nacional de Investimento à Médio Prazo. Apoio à Implementação do NEPAD-PDDAA. Julho 2006. (Versão preliminar). 91 pags.
- RDSTP. 2006. Subsídios dos sub-sectores agro-pecuário, florestal e pesqueiro para a mesa redonda de doadores. Documento do grupo de trabalho GT-16 (DT-16). DPE-ME. Março 2006. 14 pags.
- RDSTP. Estratégia Nacional e Plano de Acção da Biodiversidade. Versão preliminar. 124 p.
- RDSTP/UNICEF. 2003. School Garden Initiative: Impact Analysis. Nov. 2003. 26 pages.
- RDSTP/UNICEF. 2004. Programa de Cooperação entre o GRDSTP e UNICEF, 2002-2006. Estrutura dos Planos de Actividades dos Programas (PPAs)/2004. 30 pags.
- RDSTP-FAO. 1999. Plano Nacional das Pescas.
- RDSTP-MPF. 2004. Diagnóstico da Situação da População e Género em STP.
- Republic of China. 2994. Comprehensive Economic Development Plan for the RDSTP. 57 pages. January 2004.
- Sachs, J. 2004. Next steps on a Consensus Plan of Action for STP.
- Umbelina, Silvestre. 2004. Processo de Implementação da Autonomia do Príncipe. Instituto Camões. Centro Cultural Português: Polo do Príncipe. RDSTP. Julho 2004. 53 pags.
- WB. 2002. Social Support Sector Project.
- WB. 2005. International Development Association. Country Assistance Strategy for STP. May 2005. 73 pages.
- Zatona Adil. 2004. Apoio ao Desenvolvimento de Iniciativas Locais.
- Zatona Adil. Estudo sobre a possibilidade de aumento da exportação da matabala vermelha são-tomense para Libreville-Gabão. Cinforma, Lda. Janeiro 2004. 28 p.